

Artigo | Dossiê Intelectuais, movimentos políticos e protagonismo popular

Notas sobre as “novas direitas”: aspectos da trajetória e das diferentes apreciações do conceito

Ricardo Mendes, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*   

Palavras-chave:

novas direitas;
democracia;
América Latina;
séculos XX e
XXI

Resumo. Este trabalho tem por objetivo apresentar uma breve discussão sobre o conceito de “novas direitas”. Ainda que o termo venha se popularizando entre os órgãos de informação e redes sociais, que assumem como válida a imagem que determinados setores das direitas fazem de si mesmos, a abordagem tem por objeto a maneira pela qual os cientistas sociais caracterizam determinados movimentos, partidos e atores políticos situados no campo das direitas. Especialmente, o privilégio de abordagens de autores latino-americanos. Cronologicamente, estabeleço como marco inicial a avaliação de obras elaboradas a partir de 1970, ponto de inflexão por ser o momento da produção da obra de José Luis Romero. Pioneira não somente na abordagem das direitas na região, mas, igualmente, pelo uso do conceito. O mapeamento buscará, primeiramente, apresentar as diferentes concepções que estão a embasar e justificar o uso do conceito. A seguir, desenvolvo certa relativização dessas perspectivas quanto ao caráter inusitado que essas direitas apresentariam. Por último, aponto alguns trabalhos que enfatizam, por meio do uso de determinados termos, mais o caráter de continuidade do que o de ruptura desses atores-grupos-partidos. Ainda que vários tenham sido os trabalhos que questionam o conceito, quase nada tem sido elaborado enquanto balanço sobre as diferentes concepções de Nova Direita. Cabe considerar, aqui, que não se trata de um levantamento exaustivo, mas de considerações operadas com base em bibliografia com a qual tive contato a partir dos primeiros passos no trabalho de pesquisa que ora desenvolvo e que aborda a cultura vivida e a cultura produzida enquanto espaços de embates políticos na América Latina.

Keywords:

new right;
democracy;
Latin American;
20th and 21st
centuries.

[EN] Notes on the “New Right”: aspects of their trajectory and different appreciations of the concept

Abstract. This work aims to present a brief discussion on the concept of “new right-wing” movements. Although the term has gained popularity among the media and on social networks — often adopting the self-image constructed by certain sectors of the right as valid — the focus here is on how social scientists have characterized specific movements, parties, and political actors situated within the right-wing spectrum. More specifically, the privileged approaches developed by Latin American authors. Chronologically, I establish as a starting point the evaluation of works produced from 1970 onward, a turning point marked by the work of José Luis Romero. His contribution was pioneering not only for addressing right-wing

politics in the region, but also for his use of the concept itself. The mapping will first seek to present the different conceptions that underpin and justify the use of the term. Next, I develop a certain relativization of these perspectives regarding the unexpected character that these right-wing forces present. Finally, I highlight some works that, through the use of certain terms, emphasize continuity rather than rupture in the trajectory of these actors-groups-parties. Although several studies have questioned the concept, little has been produced in terms of a broader balance of the different understandings of the New Right. It should be noted that this is not intended as an exhaustive survey, but rather as reflections based on the bibliography I have engaged with since the early stages of the research project I am currently developing, which addresses lived culture and produced culture as arenas of political struggle in Latin America.

Palabras clave

nuevas
derechas;
democracia;
América Latina;
siglos XX y XXI.

[ES] **Notas sobre las “nuevas derechas”: aspectos de su trayectoria y distintas apreciaciones de este concepto**

Resumen. Este artículo pretende presentar una breve discusión sobre el concepto de “nuevas derechas”. Si bien este término se ha popularizado en los medios de comunicación y redes sociales, que asumen como válida la imagen que ciertos sectores de la derecha tienen de sí mismos, este estudio se centra en la forma en que los científicos sociales han caracterizado ciertos movimientos, partidos y actores políticos dentro de la derecha. Especialmente, se priorizo los enfoques de autores latinoamericanos. Cronológicamente, se estableció como punto de partida la evaluación de trabajos producidos desde 1970, un punto de inflexión, ya que coincidió con la producción de la obra de José Luis Romero. Este trabajo fue pionero no solo en abordar la derecha en la región, sino también en el uso del concepto. El mapeo buscará, en primer lugar, presentar las diferentes concepciones que subyacen y justifican su uso. A continuación, desarrollo una cierta relativización de estas perspectivas respecto a la naturaleza inusual de estos movimientos de derecha. Finalmente, se destaca algunos trabajos que, mediante el uso de términos específicos, enfatizan la continuidad, más que la ruptura, de estos actores-grupos-partidos. Aunque varios trabajos han cuestionado el concepto, casi nada ha sido publicado como una revisión de las diferentes concepciones de la Nueva Derecha. Cabe destacar que este no es un estudio exhaustivo, sino más bien consideraciones basadas en la bibliografía que he encontrado desde los primeros pasos de la investigación que se está desarrollando, la cual aborda la cultura vivida y producida como espacios de conflicto político en América Latina.

Introdução

A partir da queda do Muro de Berlin e do ocaso da União Soviética, difundiu-se, não somente nos Estados Unidos, mas também nos países da Europa, um discurso fundado na suposta hegemonia “ocidental” e capitalista, pretensamente vitoriosa no embate da Guerra Fria. No âmbito acadêmico, essa perspectiva se ancorou naquilo que

Francis Fukuyama (1992) denominou como “fim da História”¹. O termo esteve associado às ideias apresentadas por esse acadêmico norte-americano em 1989, no “calor dos acontecimentos”, e buscava apresentar que a “História” teria chegado ao seu devir diante da supremacia e “perfeição” do modo de produção capitalista liberal.

Acompanhava esse discurso a perspectiva de que as distinções entre direita e esquerda, que haviam caracterizado a História pós-Revolução Francesa e apresentado sua concretude entre 1945 e 1989 com o desenvolvimento da Guerra Fria, também teriam desaparecido. Alguns anos depois da publicação do trabalho de Fukuyama, essa perspectiva foi contradita por Norberto Bobbio (1995) com o trabalho, intitulado “Direita e esquerda – razões e significados de uma distinção política”, asseverando que diversas questões, as quais caracterizavam o embate entre os dois polos, não teriam se encerrado, mas, sim, renovado e assumido diferentes roupagens.

Mesmo que Bobbio possa ser enquadrado como um autor liberal-democrático, e ainda que alguns segmentos das esquerdas tenham acompanhado essa perspectiva da permanência da dicotomia, face mais visível do questionamento ao “fim da História”, a questão posta também esteve presente no âmbito de diferentes segmentos das direitas de duas maneiras. De um lado, a hegemonia do capitalismo liberal, supostamente, não teria finalizado o embate direita-esquerda. Antes de tudo, teria reposicionado “as peças no tabuleiro”, redimensionando a localização de determinados atores/perspectivas ideológicas no novo cenário. De outro, a continuidade da ameaça, a partir de então, assumiria uma outra roupagem – a do gramscismo² –, assumindo, ainda, uma perspectiva negativa quanto à hegemonia liberal no âmbito cultural, que se afirmava nesse momento. Particularmente, no que se

¹ Francis Fukuyama, acadêmico, PhD em Ciência Política pela Universidade de Harvard, foi professor de diversas universidades norte-americanas e chegou a integrar o Conselho de Planejamento Político do Departamento de Estado norte-americano.

² Dentro da perspectiva das direitas haveria, para alguns desde a década de 1960, uma luta pelo poder a se desenvolver no âmbito da cultura, espaço onde seria intentada a obtenção da hegemonia. Sobre o gramscismo, Mouffe e Turner (1981, p. 1839) assinalam que a luta passaria a ser “[...] por obtener el poder intelectual, para lo cual ha emprendido una ‘batalla cultural’ cuyo lema es contra el totalitarismo, contra el igualitarismo, contra el racismo. Por una nueva cultura”.

refere à América Latina, que então atravessava um período de superação das ditaduras civil-militares do Cone Sul, vários foram os autores, nos anos 1990, que apontaram a sobrevivência de projetos autoritários questionadores da hegemonia liberal (Zermeño, 1999; Lodola, 2004; Dagnino *et al.*, 2008; Boron, 2009; Avritzer, 2013), com alguns alertando, até mesmo, para a ressurgência do fascismo. Dessa forma, pode ser indicado que a suposta hegemonia liberal se encontrou questionada tanto à direita quanto à esquerda do espectro político.

Esse é o contexto no qual se observa a proliferação de um discurso calcado no que seria o surgimento de uma nova direita. Fundava-se na ideia de que determinados segmentos-atores-personagens que participavam da cena pública e política pertenceriam a uma corrente ou segmento distinto daquele que teria sido hegemônico ao longo dos anos das ditaduras calcadas na Doutrina de Segurança Nacional, ou mesmo no período anterior. Essa perspectiva, da existência de uma direita diferenciada, acabou por ser enfatizada nos anos seguintes, com particular destaque no século XXI³. No entanto, se esse é o momento da proliferação do uso do conceito, a questão já havia sido posta antes, mesmo que de forma eventual.

O conceito e sua trajetória no século XX

Uma abordagem sobre a genealogia do conceito de “nova direita” torna necessário considerar um dos pioneiros na análise desse segmento político enquanto objeto de investigação acadêmica: José Luis Romero. Em obra datada de 1970, a preocupação central do argentino foi identificar como determinados segmentos “[...] expresan o, simplemente, ponen de manifiesto a través de su comportamiento” uma afinidade ideológica ou partilhamento de valores resultante não de uma origem ou posição social específica (Romero, 1970, p. 28).

³ A ampliação do lapso de tempo em relação ao encerramento das ditaduras de segurança nacional contribuiu para reforçar ainda mais o caráter inusitado dessa direita que se intitulava como nova.

Nessa análise, o autor observa de que maneira determinados segmentos sociais, antes inexpressivos quantitativamente, tanto social quanto politicamente, acabaram por aderir a ideologias de direita. Ao abordar especificamente o século XX, Romero considera que o aparecimento de inovações ou diferenciações dentro desse campo político teria se operado tão somente quando do desenvolvimento do que nomeia como “populismo”, perspectiva política que aponta influenciada pelo fascismo, pelo falangismo e pelo nazismo.

Em sua abordagem, a qual seria uma das primeiras referências historiográficas na América Latina sobre o aparecimento de uma “nova direita”, o aspecto geracional é indicado como um dos motivadores a influenciar a adesão por parte dos setores mais jovens da direita tradicional, com um posicionamento profundamente crítico tanto em relação aos princípios senhoriais, até então vigentes, quanto à dependência da potência hegemônica da região a que estaria submetida. No âmbito ideológico, Romero afirma que esses grupos estavam próximos ao desenvolvimento de uma perspectiva antiliberal, nacionalista e com traços corporativistas. Nesse sentido, assinala que, ao longo da década de 1950, observar-se-ia a existência de duas direitas, ainda que metamorfoseadas: uma aderente ou mais próxima à tradição liberal burguesa (a direita tradicional), e outra próxima à “[...] nueva filosofía de cambio em virtud de un proceso que [...] lo aparta de la derecha, lo transforma, si se quiere, en una derecha paradójica [...]”⁴.

A existência de uma nova direita é reiterada, em termos acadêmicos e na América Latina, com os desdobramentos do trabalho laborado por Mouffee e Turner (1981). O foco desse trabalho abordava as características de governos como os de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e de Margareth Thatcher⁵, na Inglaterra, que denotariam

⁴ Pela redação do autor, as transformações que teriam levado a tudo isso, no plano social e econômico, teriam sido a ocorrência das duas grandes guerras e a Grande Depressão, apresentando como desdobramentos, na América Latina o crescimento urbano e das camadas médias (Romero, 1970, p. 148-150).

⁵ Interessante perceber que, tanto o governo Thatcher quanto o de Reagan, são enquadrados, pelos cientistas sociais, por vezes como neoliberais (Anderson, 1995), ora como neoconservadores (Hirshman, 1992) ou ainda como uma direita populista (Mouffe; Turner, 1981)

uma nova perspectiva ideológica. Para Mouffe e Turner, essa nova direita seria fruto da fusão do liberalismo, do neoconservadorismo e de elementos da “nova direita” francesa. Um liberalismo que privilegiava o livre mercado, um neoconservadorismo que defendia a meritocracia e uma direita francesa radical que valorizava a preservação da cultura ocidental e o combate ao gramscianismo, através do empenho no desenvolvimento de uma “batalla cultural” (Mouffe; Turner, 1981, p. 1836-1840).

Segundo Giordano, Soler e Saferstein, é do impacto do trabalho, acima exposto, que se desenvolve, em um contexto marcado pela tentativa de superação das ditaduras de segurança nacional, na qual o cerne estava na discussão sobre as “novas direitas”, a elaboração de um dossiê publicado pela Revista Nueva Sociedad (1988). Na apresentação do material, que reunia artigos produzidos por diversos autores latino-americanos ou americanistas, estaria a se desenvolver um giro entre as direitas, o qual não poderia ser desprezado.

[...] estamos evidenciando la emergencia de una Nueva Derecha latinoamericana, activa, agresiva, renovada y ‘contestatária’, que aspira a reemplazar a las fuerzas y al pensamiento tradicional conservador en nuestros países y que introduce un elemento más de enriquecimiento al debate político, que las fuerzas democráticas y progresistas tienen que tener muy en cuenta (Revista Nueva Sociedad, 1988).

Mas o que abordavam especificamente esses artigos? Os seis trabalhos, que compõem o cerne do dossiê, são escritos por autores de diversos países. O peruano Mirko Lauer, o alemão americanista Franz Hinkelammert, os venezuelanos Samuel Moncada e Manuel Caballero, o argentino Miguel Talento e o boliviano Carlos Toranzo Roca. À exceção de Caballero, que opta pela análise de um reacionarismo de novo tipo, todos os outros analistas focam a sua atenção na existência de uma “novidade” situada no âmbito de um liberalismo pretensamente diverso. Fundado em Hayek e Mises (Moncada, 1988), uma direita liberal a deslocar o domínio conservador (Lauer, 1988) que teria por principal elemento a propriedade e o livre

mercado como produtores de liberdade (Hinkelammert, 1988) dentro de um clima cultural que privilegiaria o individualismo e a “dessolidariedade” (Talento, 1988).

Da mesma forma, esses autores apresentam, como fator de referência essencial, para o aparecimento dessa nova direita, a emergência de um novo cenário político, o qual estaria demarcado pela superação das ditaduras e pela retomada do processo democrático, ainda que essencialmente marcada por seus aspectos formais. Deve ser considerado se tratar de momento em que a força política do liberalismo econômico, em associação com o liberalismo político, fundou-se, em grande medida, em um discurso que vinculava a presença do Estado às ditaduras que, então, estavam em fase de superação.

A novidade que, nos anos 1980, apresentava-se a partir desse cenário, na quase totalidade das Américas situadas abaixo do Rio Grande, e a adequação das direitas ao novo contexto, é reafirmada ainda mais na década seguinte, com a eleição de uma série de lideranças políticas na região: Alberto Fujimori no Peru, Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, e Carlos Menem, na Argentina, são os nomes mais representativos da eficácia política da retórica de associação entre ditadura e presença do Estado. Ao mesmo tempo, esse discurso debilitava tanto determinadas lideranças políticas nacional-estatistas (por vezes enquadradas como populistas e associadas à Teoria dos dois Demônios), quanto grupos de esquerda, que tinham como perspectiva a existência de um Estado forte a definir a socialização da riqueza – estes últimos ainda mais enfraquecidos pela queda do socialismo real (Hobsbawm, 1989), com os seus desdobramentos, principalmente no contexto europeu.

Os conceitos de Novas Direitas no século XXI

Se a partir da metade da década de oitenta, e ao longo de todo o último decênio do milênio, no âmbito das América Latina, observa-se a disseminação de uma noção de “nova direita” associada predominantemente, a um liberalismo pretensamente diverso daquele que teria se desenvolvido ao longo de todo o século anterior, é no

século XXI que se observa a proliferação de múltiplas análises sobre a existência de “novidades” na seara das direitas. Inicialmente, de forma tímida, aparecem as primeiras abordagens acadêmicas, com a segunda década do milênio que se iniciava marcando uma quantidade cada vez maior de trabalhos na área das Ciências Humanas. Em grande medida, acompanhavam um crescente interesse da academia sobre um campo político até então pouco visitado – as direitas –, mas também resultado do interesse sobre uma direita que, diferentemente do que havia sido visto após o término da II Guerra Mundial, manifestava-se orgulhosa de seu posicionamento político.

Cito aqui três autoras que, nos anos 2000, apresentaram essa questão. Em ordem cronológica: Sandra McGuee Deutsch (2005), Sofia Correa Sutil (2005) e Veronica Valdívia Zárata (2008). A primeira, Deutsch (2005), ao abordar as direitas na Argentina, Brasil e Chile na primeira metade do século XX, aponta a existência de uma “nova direita” que surge no pós-Primeira Guerra mundial. A caracterização que faz da novidade em termos de estratégia política e forma de atuação diz respeito à mobilização de segmentos com diferenças: mais elitista na Argentina, com incorporação de segmentos expressivos das camadas médias no Brasil, e mais popular no Chile. De qualquer forma, incorporando setores mais amplos para além dos muros da política palaciana que havia caracterizado o século XIX.

Contudo, essa novidade ultrapassava questões de forma de atuação, mobilização de novos segmentos ou mesmo quanto ao tipo de setores das direitas com os quais passaram a compor. Afinal, também se efetivava em termos ideológicos. Acompanhando um movimento que se desenvolve, simultaneamente, nos Estados europeus e nas Américas⁶, a autora aponta a rejeição à existência de eleições por parte de uma direita antiliberal, em termos políticos e econômicos e mais autoritária que a observável na década anterior. Inclui, nessa perspectiva, a Aliança Integralista

⁶ Bohoskavsky e Bertonha, em trabalho publicado em 2016, cujo foco recai sobre as direitas, questionam a perspectiva de que esse aparecimento simultâneo signifique, necessariamente, mera reprodução de suas similares europeias.

Brasileira, o movimento Nacionalista Chileno e determinadas agremiações menores na Argentina (Deustch, 2005, p. 22).

Também desse momento são os trabalhos elaborados por Sofia Sutil (2005) e Verónica Zárate (2008), ambos com foco no Chile. Sutil considera a existência de uma “direita” somente no segundo terço do século XX, quando as elites chilenas do século anterior teriam deparado-se com uma situação na qual a competência política deixou de caber somente às elites. Até então, não haveria a necessidade de convencer as massas. Para essas autoras o aparecimento de uma “nova direita” teria ocorrido somente nos anos 1960⁷, distinta daquela que havia caracterizado os anos 1930-1950, tomando como referência o movimento gremialista. A novidade, apontada aqui, é em relação a determinadas estratégias apartidárias⁸,

Tanto Correa Sutil quanto Zárate afirmam que, em termos de “estilo”, essa direita teria assumido uma postura mais confrontativa, com base em uma maior mobilização social e optando por privilegiar os jovens. Adotavam o apartidarismo, diante da incapacidade de vitória eleitoral e da ideia de que os partidos estariam corrompidos. Assumiam uma postura diferente das estratégias de cooptação e negociação das direitas presentes na primeira metade do século XX. Aproximando as duas autoras, ainda estaria a noção de que o projeto gremialista⁹ seria o principal ator dessa “nova direita”.

⁷ Nesse sentido, Correa Sutil indica um contexto diferente daquele que caracteriza a abordagem de McGuee. Não mais os primeiros anos do século XX, mas sim a década de 1960. Aproxima-se de Romero, ao afirmar que as direitas são compostas pelas classes dominantes, mas que buscam “[...] gerar lealdades em um amplo espectro social” (Sutil, 2005, p. 29) onde funcionam sistemas políticos competitivos. Teria sido este o momento da constituição da direita política, quando decidem participar do sistema competitivo para defender seus interesses. O contexto a colaborar para esse cenário foi o da introdução de cédulas únicas no sistema eleitoral chileno, cujo desdobramento foi a ampliação de uma participação política mais autônoma por parte de setores rurais do país (Sutil, 2005).

⁸ Divergia, assim, dos estudos de McGuee, segundo a qual essas características já apareciam nos movimentos de extrema-direita das décadas de 1920 e 1930.

⁹ Zárate (2006, p. 82) identifica o projeto gremialista como um corporativismo antiestatal, que reivindicava o livre arbítrio do ser humano, expressado em suas organizações naturais – família, grêmios em geral –, as quais deveriam ser autônomas do Estado e voltadas para seus interesses específicos.

A proliferação do conceito e as suas diferentes perspectivas

A partir da segunda década do século XXI, multiplicaram-se os trabalhos demarcando a existência, ou aparecimento, de uma nova direita. Mapeei três diferentes perspectivas relativas ao uso do termo. Uma primeira, a qual enquadro aqui como político-estratégica, inclui autores como Codato, Roeder, Bolognesi, Cepeda, Nobre e Saferstein. Nesse grupo, incluo aqueles (as) que entendem que a novidade decorre ora das estratégias de divulgação e difusão desses grupos, ora dos mecanismos de ampliação da sua base política. Em grande parte, a noção de novidade apresenta-se associada à adaptação de determinados segmentos das direitas à vigência da democracia sufragista como procedimento fundamental no processo político, bem como às respectivas necessidades que se colocavam em termos eleitorais.

Em trabalho coletivo de Adriano Codato, Bruno Bolognesi e Karolina Mattos Roeder (2015), ainda que os autores assinalem, no título, que se trata de uma análise da direita brasileira, acabam por proceder a uma breve avaliação do campo político das direitas na América Latina. Para eles, a novidade estaria na aceitação e na incorporação de propostas e programas sociais como estratégia para enfrentar o universo eleitoral no pós-autoritarismo. Nesse sentido, situam o seu aparecimento basicamente nos anos terminais das ditaduras civil-militares da América Latina e na entrada da região em um contexto político distinto do anterior. Na Argentina, o Propuesta Republicana (PRO), no Chile, o Evópoli, e, no Brasil, o Partido Social Democrático (PSD) seriam aqueles enquadrados pelos autores como partidos da “nova direita”.

Ainda que não projetem a concessão efetiva de melhores condições materiais, esses partidos apresentavam-se como defensores da igualdade de condições, que “[...] não deve ser confundida com igualdade plena” (Codato *et al.*, 2015, p. 123). A

incorporação dessas propostas teria ocorrido como uma reação à “onda rosa”¹⁰, mas também resultante de uma disputa por espaço político. Fundada em numa retórica de novidade, visava, sobretudo, sobrepor-se às velhas agremiações das direitas:

[...] a nova direita na América Latina é uma postura política que conserva elementos da velha direita: *o capitalismo como modelo econômico e preceitos morais tradicionais*; entretanto, essa direita ideologicamente renovada reconhece e aceita as vantagens das *políticas sociais* implementadas pela esquerda na região (Codato *et al.*, 2015, p. 121).

Esse é o mesmo caminho trilhado pelo filósofo Marcos Nobre (2011). Em “A nova direita. Alianças sob controle” na entrevista que concede ao Jornal O Estado de S. Paulo, o autor considera que a “nova direita” no Brasil estaria consubstanciada pelo PSD. O seu presidente, Gilberto Kassab, na opinião de Nobre, teria mudado o padrão clássico da direita ao enfatizar investimentos em políticas públicas “focadas, dirigidas e pensadas”. São iniciativas que o autor enquadra no âmbito do “neopaternalismo”, fruto de um processo de “auscultação” do corpo social, que leva em consideração as opiniões e as aspirações dos interessados, “[...] como quem faz uma pesquisa de mercado e não como quem inclui cidadãos que têm o direito de participar e de deliberar” (Nobre, 2011, p. 3). Nessa perspectiva, ratificando o que considera como “nova direita”, o PSD se apresentaria como o “[...] primeiro partido de direita de tamanho respeitável a ter um ‘dispositivo sindical’” à altura (a UGT), que acaba por ser utilizado para administrar as próprias contas do partido (Nobre, 2011, p. 3).

Incluo, também, nessa categoria, trabalhos e autores que enfatizam que a novidade estaria no desenvolvimento de estratégias viabilizadas, em grande medida, pela dominância da internet enquanto instrumento de comunicação de massa. Como expectativa, a partir da utilização desse recurso, esperavam a popularização das suas perspectivas. Vera Cepêda considera a adoção do conceito baseada na perspectiva de

¹⁰ Denominação feita a fase de emergência de governos de esquerda e centro-esquerda em boa parte da América Latina em princípios do século XXI. “Rosa” posto que com perspectivas de transformação menos polarizantes que as defendidas nos anos 1960.

que o termo “nova” exprime um novo cenário, alvos e meios de atuação, tais como a multiplicação de instrumentos de luta política (Cepêda, 2018, p. 52). Nesse sentido, a caracterização da novidade perpassaria o recurso aos meios de comunicação das mídias sociais e a adoção de mecanismos da guerra híbrida.

Essa questão é ratificada, ainda, quando a autora assinala que a sua abordagem procura “iluminar como a nova direita lida com velhos temas (desigualdade, injustiça, direitos, concepção de política, relação com mercado)” (Cepêda, 2018, p. 72). No entanto, o fato de recair sobre as mesmas temáticas, somado ao enquadramento dos intelectuais citados pela autora dentro do “guarda-chuva” do pensamento conservador, categorização extremamente genérica, reafirma a minha percepção de que se trata muito mais de uma inovação de método do que, efetivamente, uma mudança no escopo da perspectiva ideológica.

Pereira e Saferstein (2024, p. 82)., em artigo no qual avaliam um mercado editorial com grande presença de intelectuais de direita, indicam como única referência de “novidade” as maneiras de intervenção no debate público, que “[...] teriam passado por profundas reconfigurações ao longo das últimas décadas” E indicam que “[...] o caminho de seu reconhecimento se dá, em maior medida, em função de sua visibilidade midiática, editorial e virtual, e não por sua inserção em espaços mais clássicos como a academia ou o cenário das revistas culturais latino-americanas” (Pereira; Saferstein, 2024, p. 82).

Safferstein (2023) participa, ainda, com Stefanoni, de um artigo em que a ênfase recai na questão estratégica, baseada na ascensão ao poder por outros meios que não o uso da força militar. Citam o “neogolpismo”, que levou a direita ao poder no Brasil, no Haiti, Honduras e Paraguai. E, posteriormente, o estabelecimento de coalizões diversas que levaram à presidência Macri, na Argentina; Sebastian Piñera, no Chile; na Guatemala, Jymmi Morales; no Peru, Pedro Paulo Kuczynki; e, no México, Enrique Peña Neto (Giordano *et al.*, 2018, p. 174).

Trata-se do mesmo caminho perseguido por Leonardo Silva, que não esclarece sobre o conceito de nova direita, privilegiando, apenas, os motivos da sua emergência,

resultante de novas estratégias comunicacionais, tais como os *think tanks* e o aparecimento do Orkut como espaço de contestação com uma organização mais horizontal (Silva, 2018, p. 80). Em suma, boa parte dos autores, aqui abordados, podem ser reunidos em torno do que apresenta Ester Solano Gallego (2018). Para ela, as novas direitas não estariam falando para as elites, mas para setores populares, antes mais conectados com as esquerdas. Por isso, o recurso a novas estratégias, seja por meio das redes sociais ou pela ênfase no mercado editorial.

Enquadro, em um segundo grupo, os escritos que privilegiam o desempenho de um protagonismo inusitado de determinados atores. Também podem ser incluídos aqueles trabalhos segundo os quais determinados segmentos, mesmo sendo “velhos atores”, acabariam por apresentar uma mudança muito substancial de perspectivas. Por último, incluo as análises que focam em grupos que, antes inexpressivos, teriam obtido tal relevância, passando a ser considerados com uma nova posição.

Apresento, ainda, alguns textos para exemplificar as três situações elencadas acima. Na abordagem relativa ao “protagonismo inusitado de determinados grupos”, cito a apresentação de obra publicada em 2014 cujo título é “Velhas e novas direitas: a atualidade de uma polêmica” (Schurster *et al.*, 2014). Os organizadores, na apresentação da obra, assinalam a existência de uma “guinada comportamental”, fruto do protagonismo e da ‘emergência, como “núcleo duro” das novas direitas, de grupos e instituições religiosas que assumem forte papel na organização de blocos de pressão, partidos ou frações de partidos contrários à ampliação dos direitos políticos, sociais e civis. Os evangélicos, segundo a apresentação, enquadrariam-se como “a ponta mais agressiva da nova direita”.

Com abordagem semelhante, observa-se o caminho percorrido por Villanzon (2015). Contudo, para o autor, que analisa o movimento de organizações religiosas em toda a América Latina, o protagonismo político se efetiva em decorrência da incorporação da “teologia do domínio” e da “teologia da guerra espiritual”. De outro lado, a ascensão de setores religiosos conservadores das igrejas pentecostais e neopentecostais se efetivaria a partir do estabelecimento de uma aliança com

setores conservadores da igreja católica, no âmbito do espaço político. O autor pontua que, mesmo a aproximação datando dos anos 1980, o destaque efetivo foi obtido tão somente no século XXI. A contribuir com esse enlace estaria o desenvolvimento de uma pauta comum em torno da defesa de valores que se contraporiam ao desenvolvimento de um processo liberalizante em termos comportamentais, resultante da hegemonia econômica liberal obtida nos últimos anos do século XX. Nesse sentido, a aproximação se deve a serem, esses segmentos, refratários à mudança social.

Para Villanzon (2015), essa configuração seria nova por dois motivos. Primeiro, por conta das alianças estratégicas e do aumento da influência de doutrinas que buscavam o norteamento do comportamento dos fieis¹¹. Mas também “nova”, pois influenciada diretamente por uma perspectiva religiosa calcada no fundamentalismo da Nova Direita Cristã, estadunidense, aspecto que aborda de forma breve.

Considerando-se, também, a existência de uma “nova direita” pelo prisma do protagonismo de determinados atores, temos o trabalho de Josenildo Burity, que foca a sua análise no Brasil. Para o autor, a “principal novedad” da política brasileira pós ditadura seria “sin duda, la emergencia evangélica”, grupo que se caracterizaria por ser um “nuevo actor”, que, rapidamente, teria aprendido as regras do jogo para manejar, com habilidade, a construção de espaços de visibilidade. Construídos a partir dos anos 1980, apresentaram protagonismo na segunda metade do XXI.

Igualmente, aqui, a agenda moral enquanto elemento propulsor apresenta-se destacada pelo autor, mas em consonância com “[...] una afirmación incuestionável del neoliberalismo em la economía” (Burity, 2020, p. 6), elemento que estaria a caracterizar a transformação ocorrida na identidade política evangélica a partir da influência da Nueva Derecha Cristiana norte-americana, considerada uma “tepartidización” da política pentecostal” brasileira.

¹¹ Para Vilanzon (2015, p. 169), é a “[...] articulação entre processos de conversão e estruturas relacionais de produção de sentido que condiciona em primeira instância a orientação política e os atores religiosos evangélicos”.

Ainda sob essa perspectiva, focada nos atores políticos, o ativista, escritor e jornalista uruguaio Raul Zibechi (2016) entende que a existência de uma “nova direita” seria resultante de uma “inédita base social”. Mesmo que Zibechi afirme que esse apoio se estrutura não só nas classes médias, mas em parte dos setores populares, a sua atenção se direciona, fundamentalmente, ao primeiro grupo. Indica que esse processo se deveu a uma modificação de perspectiva em relação ao que existia nos anos 1960, quanto às aspirações de progressão social tendo como referência os mais ricos, seriam profundamente consumistas e desconfiadas do pensamento livre. A preocupação prioritária desse segmento seria, então, com “a propriedade e a segurança”, provocando uma reorientação significativa. No geral, para além de uma simples modificação nas perspectivas das classes médias, o que o autor busca assinalar é o seu protagonismo, agora incorporando novas pautas.

Em um terceiro grupo, situo aqueles que dão ênfase a uma articulação entre liberais radicais e conservadores comportamentais, tais como Morresi (2008), Boissard (2015), Chaloub e Perlatto (2016) e, ainda, Rocha (2021). A ênfase não recai nos atores, mas, sim, nas propostas doutrinárias. Alguns desses autores acabam por privilegiar a perspectiva econômica, destacando a sua “nova” concepção. Ou seja, ainda que associadas ao pensamento liberal, estariam vinculadas a um tipo de liberalismo de perfil diferente. Distinto, portanto, daqueles que apregoavam que, ao Estado, caberia tão somente uma postura reativa a crises e à correção pontual de rumos, e que encontrou certo esgotamento diante da crise de 1929 e da grande depressão dos anos 1930. No entanto, distinto, igualmente, dos neoliberais, caracterizados pela atribuição de um papel mais destacado do Estado por meio de agências reguladoras¹². A “novidade”, então, recairia sobre os ultraliberais, diferentes pelo radicalismo da defesa de sua proposta a partir de argumentos morais a favor do liberalismo, fossem

¹² Tal como assinalado por certa historiografia, mas também por certos atores do século XX, após a Revolução Russa, principalmente após a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), bem como por desdobramento do desenvolvimento de duas guerras mundiais, era difícil para alguns pensar a sociedade sem o planejamento econômico (Hobsbawm, 1995) e sem um papel de relativo destaque por parte do Estado.

minarquistas – com a sua proposta de uma estrutura mínima do Estado de sua proposta através de argumentos morais a favor do liberalismo, fossem minarquistas – , ou anarcocapitalistas, que pressupõem uma supressão completa dessa Instituição política¹³. Cito, aqui, duas análises que entendo que se debruçam dentro dessa perspectiva: a brasileira Camila Rocha (2020) e o argentino Sérgio Morresi (2008).

Camila Rocha acaba por dar ênfase maior nos desdobramentos econômicos que a proposta de uma existência diminuta, ou quase inexistência, do Estado teria. Isso, ainda que acabe por apresentar algo também no âmbito sociocultural. De um lado, indica o que seria o aparecimento de uma “defesa moral” do liberalismo, antes inexistente dentre as fileiras liberais. De outro, assinala que o papel diminuto do Estado também se apresentaria apregoado como algo a ser atingido na esfera política, o que os aproximaria de uma perspectiva conservadora que entende o Estado como um intruso dentro das questões dos costumes, valores, comportamentos, atitudes, princípios e normas de conduta e preceitos¹⁴.

Morresi (2008), por sua vez, situa a existência dessa nova direita, a partir dos anos 1980, sempre citada entre aspas, e marcada pela ênfase na questão econômica que se somou a tentativa de elaboração de um projeto de poder também político e cultural. Nesse sentido, “Nova” porque dotada de uma hegemonia que ultrapassaria a questão econômica e avançaria pelo campo ideológico (Morresi, 2008, p. 10). Mas, também “nova”, em termos nacionais, na Argentina, posto que rompe os laços com as tradições de um nacionalismo autoritário de direita que havia proliferado nesse país ao longo de todo o XX e dominado o campo da direita. Estruturalmente nova, por conta de um novo modelo de acumulação econômica, pelo predomínio do capital financeiro e pela

¹³ Não entrarei nas minúcias da caracterização dos diferentes tipos de liberalismo uma vez que o objetivo aqui tem foco completamente distinto.

¹⁴ Essa perspectiva de Rocha não explica o conflito advindo da defesa do individualismo comportamental, que rechaça a presença do Estado, com outra, que pressupõe o estabelecimento de pressupostos comportamentais que devam ser padronizados. Ao não avaliar como essa questão se apresenta diante de duas concepções distintas, parece estar tratando, de fato, mais de uma aliança estratégica estabelecida entre grupos distintos do que efetivamente um “novo grupo”.

influência dos organismos internacionais, justificado contextualmente pela falta de recursos do Estado.

Alguns autores, diferentemente daqueles que enfatizam que a novidade estaria no perfil econômico desse grupo - seja o minarquismo, o anarcocapitalismo ou simplesmente a defesa de uma modernidade econômica -, acabam por privilegiar os aspectos culturais e comportamentais vinculados a essas propostas. Jorge Chaloub e Fernando Perlatto se enquadram nessa perspectiva (2016). Para eles, é a pauta cultural que delimita a novidade do embate político. Contrapondo a aproximação de setores das esquerdas com temas como a defesa das mulheres, negros e homossexuais -, essa “nova direita” teria ido em busca de pautas morais e de combate às agendas de reconhecimento de minorias, buscando a ampliação de sua base política de forma a acabar com uma suposta “hegemonia cultural das esquerdas”.

Boissard, por sua vez, aborda esse grupo em termos distintos dos outros autores que enquadro nesse último bloco. Analisando o Chile, o autor aponta na direção de uma “novidade” que teria surgido nos embates políticos dos anos 1960/1970 entre direitas e esquerdas, mas também fruto de uma profunda discordância em relação à direita tradicional, representada, naquele momento, pelo Partido Nacional. Inédita, posto que “[...] proviene de la fusión de dos grupos que son ideologicamente opuestos, pero que convergen al calor de las luchas políticas” (Boissard, 2025, p. 11).

Reunindo católicos integristas e economistas monetaristas, defensores do Estado mínimo, o processo de integração teria durado cerca de 10 anos, resultando no aparecimento de uma direita que valorizaria o debate intelectual e que entenderia que, no confronto com as esquerdas, o fator a decidir o embate estaria na questão cultural, tópico a partir do qual a hegemonia da direita se viabilizaria. Uma direita, portanto, de caráter “gramsciano”, que estaria em busca do domínio cultural. E indica que, neste sentido, “la nueva derecha chilena puede aparecer como uno de los precursores del llamado ‘neoconserdurismo’, que llega al poder con los presidentes R. Reagan y M. Thatcher” (Boissard, 2015, p. 11).

Novas?

O quê, e como, pode ser caracterizado como algo “novo” no âmbito da política? Seria a presença de estratégias diversas? Um novo contexto, ou diferentes etapas, estabelecem, por si só, uma mudança dos princípios e objetivos? O engajamento de atores diferenciados ou a existência de uma ênfase distinta em termos ideológicos e políticos demarcariam uma mudança significativa a ponto de viabilizar que um movimento, ou ideia, ou corrente de pensamento, seja enquadrada pelo seu neologismo?

Esses questionamentos não são novos, já veem sendo feitos desde a década de 1980, mesmo momento em que a noção de novidade, no âmbito da direita começou a ser difundida, principalmente fora da América Latina. Aponto aqui autores como Contreras (2020), Altamirano (1989), Gallego (2018), Bohoslavsky (2017), Teixeira da Silva e Schurster (2022), bem como o trabalho coletivo de Giordano, Soler e Saferstein (2018).

Na atualidade, Contreras é um dos autores a afirmar alguns problemas quanto ao uso do conceito. Fundado na novidade, um deles seria quanto à sua plasticidade. O termo acabaria por ser utilizado para caracterizar diferentes fenômenos, ou processos, em diferentes temporalidades e quanto a diferentes atores ou sujeitos (Contreras, 2020, p. 112). Como exemplo, o autor aponta que, nos anos 1980, indicava um novo tipo de conservadorismo (Reagan/Thatcher) ou a influência do radicalismo de Alain de Benoit sobre a direita francesa, e 30 anos depois para sinalizar uma direita que faria uso instrumental da democracia (Contreras, 2020, p. 113-114).

Outro problema advém da perspectiva de que, para enquadrar determinado segmento das direitas como “nova”, haveria a necessidade de alguns critérios. O principal seria o ideológico. Giordano, Soler e Saferstein adotam essa perspectiva, entendendo ser nova a estratégia, mas não a perspectiva ideológica adotada por segmentos que se autointitulam “nova direita”. Esse é o mesmo caminho percorrido por Altamirano, para quem a identificação de uma “nova direita” necessita da

observação mais atenta não apenas a questões políticas, mas também ideológicas e culturais (Altamirano, 1989, p. 44).

Uma última questão relevante a ser apresentada aqui quanto ao questionamento do conceito de “nova direita”, refere-se à necessidade de evitar que o objeto se autonomeie, algo resultante da disputa política ocorrida dentre setores das direitas e vinculada, também, à questões geracionais. Ou seja, importa evitar que os analistas assumam o discurso do próprio objeto. Sobre essa autodefinição Giordano *et al.*, consideram que, em princípios do XXI, as direitas teriam consolidado uma “narrativa” sobre a mudança, apresentando-se como agentes da transformação. Afirman esses autores que as direitas “[...]’ponen en circulación significados que dotan de sentido a la construcción de un nuevo orden, construyendo una comunidad de ideas” (Giordano *et al.*, p. 183).

Bohoskavsky (2018) retoma essa questão, ratificando que a auto nomeação faria parte de uma retórica competitiva em termos eleitorais não apenas internamente dentro da seara das direitas, ou ainda dentre diferentes gerações desse campo, mas também no embate político com outros segmentos políticos. A retórica da novidade, para o autor argentino, é mais forte do que efetivamente a novidade em si mesma. E, sobre isso, afirma ser uma necessidade premente saber o que tem de novo no que é “novo”.

Afirma o autor que, no final dos anos 60 a direita chilena também teria se autodenominado como “nova direita”. Seu caráter inusitado estaria associado não apenas em ser novo, mas em mostrar, de forma convincente, a existência de novidade. Nesse aspecto, acredita Bohoslavsky que determinados atores políticos são mais bem-sucedidos em convencer de que eles são novos, do que realmente seriam. Seria conveniente, dessa forma, diferenciar o que eles são do que eles asseguram ser. E, um dos pontos centrais, teria relação com a “[...] forma como seus inimigos são definidos, posto que todas as forças políticas recortam sua identidade não apenas em uma série de valores, mas também com aqueles que são deixados de fora da aliança” (Bohoslavsky, 2025, p. 3).

Assim, entendo ser importante considerar a utilização de outras denominações e conceitos para tratar essas direitas. Denominações como ressurgência, renovação e reinvenção são observadas como substitutivos para a noção de novidade. Ao abordarem especificamente os fascismos do século XXI, Teixeira da Silva e Schuster (2022) realçam mais as continuidades das perspectivas ideológicas dos fascismos, por exemplo, preferindo a adoção do termo ressurgência, com uma ênfase na mistura e composição de diferentes correntes, mas priorizando a continuidade. No Prefácio de obra recentemente lançada com o título “Passageiros da tempestade – fascistas e negacionistas no tempo presente”, Stefan Rinke (2022, p. 9) fala na existência de uma nova extrema-direita. No entanto, os autores acabam por refutar essa perspectiva ao indicar as continuidades. Essa perspectiva também é reforçada pela apresentação da obra desses autores por Sóan Vilariño, ao utilizar o termo “fascismos renovados” com a chegada ao poder via eleição (Teixeira da Silva; Schuster, 2023, p. 11).

No mesmo caminho vai Contreras (2020, p. 119), que aponta:

Existe también una mirada que matiza lo anterior. Planteada recientemente por Fernández y Rumié, estos autores recurren al concepto de ‘renovación’ a fin de explicar el paso de la derecha criolla durante el siglo XX por diferentes desafíos coyunturales. Dichos desafíos habrían sido afrontados mediante estrategias opuestas, pasado de lo defensivo a lo ofensivo, asegurando así su sobrevivencia. Este tipo de experiencia habría posibilitado un fenómeno de renovación.

O termo sugerido é indicativo de “reforma”, “rejuvenescimento” ou “atualização”, estando associado a algo já existente, e não a algo inusitado (Gallego, 2018). Termos próximos à ideia de renovação são adotados por outros autores em suas abordagens sobre as direitas nas Américas. Esther Solano Gallego fala em “revitalização” ou mesmo em “reinvenção”, este último termo compondo o título da obra por ela organizada na qual aborda as direitas brasileiras: O ódio como política – a reinvenção das direitas no Brasil (2018). Já Vanini Pettina em suas análises sobre a Guerra Fria na América Latina, denomina por revitalização a manifestação de atores

conservadores no pós Segunda Guerra Mundial, apontando que esse processo, efetivado por uma “vieja oligarquia”,

[...] descansó en fenómenos políticos y económicos cuya temporalidad se encontraba profundamente enraizada en las especificidades históricas de los contextos latinoamericanos. Por otro lado, este fenómeno se reforzó por la forma em que las nuevas dinámicas ideológicas, económicas y políticas generadas por el conflicto bipolar en el sistema internacional impactaron sobre América Latina, entrelazándose con su sustrato político y social (Petinna, 2018, p. 46).

No cerne dos antagonismos observados entre as duas perspectivas encontra-se a necessidade da ampliação dos estudos quanto a efetiva genealogia dessa suposta “nova direita”, e quanto da essência do conceito, evitando assim a fluidez do termo bem como a ausência de consenso. Embora não seja um procedimento comum, opto por finalizar esse texto com a perspectiva de Remónd, ao abordar as direitas francesas: “Nombrar las derechas es ya darles una identidad. La abundancia de formulaciones, sus imprecisiones, la incertidumbre de los que las bautizan es una muestra de desconcierto” (Remónd, s. d., p. 250 *apud* Boissard, 2015, p. 11).

Notas sobre a autoria

Ricardo Mendes é Professor Titular de História da América no Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Vice-diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-UERJ). Graduado em História pela Universidade Santa Úrsula (1989). Possui mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997), doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2003) e Pós-doutorado em História da América pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2008). Atua principalmente nos seguintes temas: América Latina nos séculos XX e XXI, direitas, regimes civil-militares no Cone Sul, Cinema e Memória.

Referências

ALTAMIRANO, Carlos. ¿Realmente, hay una nueva derecha en Argentina?. *Nueva Sociedad*, n. 102, p. 41-51, jul./ago. 1989.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013. Aguas de Lindoia, 2013. *Anais [...]*, 2013. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_09.htm. Acesso em: 07/06/2013

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.

BOHOSKAVSKY, Ernesto. As direitas contemporâneas latino-americanas. Entrevistadora: Julia Goldberg. Tradução: Henrique Denis Luca. *Instituto Humanitas Unisinos*, p. 12, 16 out. 2017. s. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/572728-as-opcoes-politicas-nao-sao-derivadas-exclusivamente-do-bolso> Acesso em: 8 out. 2022.

BOHOSKAVSKY, Ernesto; BERTONHA, João Fábio. *Circule por la derecha: percepciones, redes y contatos entre las derechas sudamericanas – 1917-1973*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.

BOHOSKAVSKY, Ernesto; BLOQUETAS, Magdalena. Presentacion Derechas en América Latina tras la salida de las últimas dictaduras. *Historia y problemas del siglo XX*, año 10, v. 11, p. 8-14, jul./dic. 2019. ISSN 1688-9746.

BOISSARD, Sthephane. La nueva derecha chilena y la impronta de los años 1960: ¿ruptura o continuidad? *Open Edition Journals*, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/68009> Acesso em: 27 mar. 2025.

BORON, Atilio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

BURITY, Josenildo. ¿Ola Conservadora y surgimento de la nueva derecha Cristiana brasileña? La coyuntura posimpeachment en Brasil. *Ciências Sociais e Religião*, Campinas, v. 22, e020015, 2020.

CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *Mediações*, Londrina, v. 23, n. 2, p. 75-122, maio/ago. 2018.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. *Insight Inteligencia*, 2016. Disponível em: <https://insightinteligencia.com.br/category/edicao-72/> Acesso em: 28 out. 2024.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, BRUNO; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: VELASCO, Sebastiao; CRUZ, Andre Kaysel, CODAS, Gustavo (org.). *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 115-144

CONTRERAS, Aníbal Pérez. ¿Nuevas derechas? Plasticidad conceptual y tensiones transnacionales: reflexiones sobre el estudio de las derechas en Chile. *Revista Divergencia*, v. 9, n. 15, p. 111-129, jul./dic. 2020. ISSN 0719-2398

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. Petrópolis: Paz e Terra, 2008. p. 13-92.

DEUTSCH, Sandra McGee. *Las derechas: la extrema derecha em la Argentina, el Brasil y Chile*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas o Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2018.

GIORDANO, Verónica; SOLER, Lorena; SAFERSTEIN, Ezequiel. Las derechas y sus raros peinados nuevos. *Apuntes de Investigación del CECYP*, n. 30, p. 171-191, 2018. ISSN 0329-2142; ISSN 1851-981.

HINKELAMMERT, Franz J. Democracia y nueva derecha en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 98, p. 104-115, nov./dic., 1988. ISSN 0251-3552.

HIRSCHMAN, Albert. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. Tradução Thomas Rosa Bueno. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.

LAUER, Mirko. Periodista peruano. Adiós conservadurismo. bienvenido liberalismo. La nueva derecha en el Perú. *Nueva Sociedad*, n. 98, p. 134-142, nov./dic., 1988. ISSN 0251-3552

LODOLA, Germán. Neopopulismo e compensações aos perdedores da mudança econômica na América Latina. *Cadernos Adenauer – Neopopulismo na América Latina*, v. 5, n. 2, 2-77, 2004.

MONCADA, Samuel. Derecha intelectual y grupos empresáros. *Nueva Sociedad*, n. 98, p. 116-122, nov./dic. 1988. ISSN 0251-3552.

MORRESI, Sergio. *La nueva derecha argentina: la democracia sin política*. Los Polvorines: Univ Nacional de General Sarmiento; Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008

MOUFFE, Chantal; TURNER, Georgina. Democracia y nueva derecha. *Revista Mexicana de Sociología*, n. 43, p. 1829-1846, 1981.

NOBRE, Marcos. Entrevista com Marcos Nobre ao Jornal O Estado de S. Paulo republicada pela Revista do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. A nova direita. Alianças sob controle. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, 2011. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/504588-ao-planejar-politicas-publicas> Acesso em: 8 out. 2022.

PEREIRA, Thiago Augusto; SAFERSTEIN, Ezequiel. A nova direita e os livros: autores, editoras e best sellers de direita no Brasil e na Argentina. *Cadernos Prolam/USP-Brazilian Journal of Latin American Studies*, v. 23, n. 48, p. 77-108, ago. 2024. ISSN 1676-6288.

PETTINÁ, Vanni. *Historia mínima de la Guerra Fría en América Latina*. Ciudad de México: El Colegio de México, 2018.

REVISTA NUEVA SOCIEDAD, nov./dec. 1988. Disponível em: <https://nuso.org/revista/98/la-nueva-derecha-latinoamericana/> Acesso em: 15 dez. 2024.

RINKE, Stefan. Prefácio. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; SCHUSTER, Karl. Passageiros da tempestade: fascistas e negacionistas no tempo presente. Recife: Cepe, 2022. p. 9-10.

ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Todavia, 2021.

ROMERO, Joé Luis. *El Pensamiento político de la derecha latinoamericana*. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1970.

SAFFERSTEIN, Ezequiel; STEFANONI, Pablo. Edición y reacción. Cómo la batalla cultural antiprogresista argentina se despliega (también) en los libros. *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 49, n. 1, p. 1 -18, jan./dez. 2023. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/44045> Acesso em: 22 dez. 2024.

SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; BRITO SILVA, Giselda (org.). *Velhas e novas direitas: a atualidade de uma polêmica*. Recife: EDUPE, 2014.

SILVA, Leonardo Nóbrega. O mercado editorial e a nova direita brasileira. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF*, v. 13, n. 2, dez. 2018. ISSN 2318-101x (on-line) ISSN 1809-5968 (print).

SUTIL, Sofia Correa. *Con las riendas del poder - la derecha chilena en el siglo XX*. Santiago: De bolsillo, 2011 (2005).

TALENTO, Miguel. Derechización en la Universidad. El caso argentino. *Nueva Sociedad*, n. 98, p. 123-133, nov./dic.1988. ISSN 0251-3552.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; SCHUSTER, Karl. *Passageiros da tempestade: fascistas e negacionistas no tempo presente*. Recife: Cepe, 2022.

VILLANZÓN, Julio Córdova. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina - Os evangélicos como fator político. *Tribuna Regional e Global. Nuso*, nov. 2015. Tradução de Carmen Carballal. A versão original deste artigo em espanhol foi publicada em *Nueva Sociedad*, n. 254, 11 dez. 2014. Disponível em: www.nuso.org. Acesso em: 2 jun. 2017.

ZARÁTE, Verónica Valdivia O. de. *El Golpe Despues Del Golpe: Leigh vs Pinochet – Chile 1960-1980*. Santiago: Editorial LOM, 2006.

ZÁRATE, Verónica Valdivia O. de. *Nacionales y Gremialistas: El parto de la nueva derecha política chilena, 1964-1973*. Santiago: Lom, 2008

ZERMEÑO, Sergio. El regreso del líder. In: MACKINNON, Maria M.; PETRONE, Mario A. (org.). *Populismo y neopopulismo en América Latina: el problema de la Cenicienta*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

ZIBECHI, Raul. América Latina - as bases sociais da nova direita. *Outras Palavras*, 2016. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/as-bases-sociais-da-nova-direita/> Acesso em:14 dez. 2024.